

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	38.221	47.862
Impostos e contribuições sociais	5	16	19
Outros créditos	8	494	504
Total do Ativo Circulante		38.731	48.366
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais	5	92.965	69.382
Tributos diferidos	6	164.118	9.959
Outros créditos	8	2.364	2.757
		259.447	76.098
Imobilizado	9	2.318.753	1.401.201
Intangível	10	64.555	59.452
		2.383.308	1.460.753
Total do Ativo não circulante		2.642.755	1.535.851
TOTAL DO ATIVO		2.681.486	1.585.217

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	11	14.492	13.234
Impostos e contribuições sociais	5	7.066	12.363
Debitantes	12	644.723	644.723
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13	3.928	471.946
Outros créditos a pagar	15	371.192	49.980
Total do Passivo Circulante		86.594	1.196.112
Não circulante			
Debitantes	12	292.223	292.223
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13	1.014.508	1.014.508
Provisões	14	40.264	35.172
Outros créditos a pagar	15	10.505	44.619
	8	1	1
Total do Passivo não circulante		1.137.501	79.791
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	16.1	1.573.974	317.000
Prejuízos acumulados		(318.583)	(7.686)
Total do Patrimônio Líquido		1.255.391	309.314
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.681.486	1.585.217

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2016	2015
Despesas e receitas operacionais	17		
Despesas gerais e administrativas		(10.457)	(7.541)
Outras despesas e receitas operacionais		(460.236)	(460.236)
		(470.693)	(7.541)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		(470.693)	(7.541)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	972	51
Despesas financeiras		(1.335)	(7)
		(363)	44
Resultado antes dos tributos		(471.056)	(7.497)
Tributos sobre o resultado			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	160.159	2.549
		160.159	2.549
Prejuízo do exercício		(310.897)	(4.948)
Resultado por ação atribuído aos acionistas			
Resultado básico/diluído por ação (realização)	20		
ON		(0,29911)	(0,06303)
A Companhia não divulga a demonstração de resultados abrangentes, uma vez que não existem efeitos referentes a essa demonstração registrada nas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(471.056)	(7.497)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Impostos e contribuições sociais – atualização monetária	(545)	(545)
Provisão para perda no valor recuperável dos ativos	460.236	460.236
	(11.365)	(7.497)
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(23.405)	(51.191)
Outros ativos operacionais	403	(997)
	(23.002)	(52.188)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	1.258	12.284
Impostos e contribuições sociais	4	(4.866)
Provisões	(63.182)	(37.264)
Outros passivos operacionais	2.064	2.103
	(64.805)	(18.050)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições em imobilizado e intangível	(1.202.043)	(907.622)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital social líquido do custo de emissão	1.256.974	317.000
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.789.853	448.650
Amortização de debêntures	(1.532.050)	(1.532.050)
Pagamentos de encargos de dívidas	(223.182)	(223.182)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(9.641)	(219.707)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	38.221	47.862
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		
	(9.641)	(219.707)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2016	2015
Gerção do valor adicionado	1.382.791	1.047.109
Receita relativa à construção de ativos próprios	1.382.791	1.047.109
(-) Insumos adjuvados de terceiros	(1.686.028)	(948.853)
Materiais	(868.475)	(384.103)
Serviços de terceiros	(315.723)	(435.829)
Outros custos operacionais	(501.827)	(128.921)
Valor adicionado bruto	(303.234)	98.256
Valor adicionado líquido produzido	(303.234)	98.256
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	7.552	14.757
Valor adicionado total a distribuir	(295.682)	113.013
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	12.940	6.506
Remuneração direta	310	420
Benefícios	630	276
FGTS	(159.785)	(1.270)
Impostos, taxas e contribuições	51	34
Federais	30	18
Estaduais	16	16
Municipais	36	242
Remuneração de capitais de terceiros	160.704	111.735
Juros	336	242
Aluguéis	15.215	11.961
Prejuízo do exercício	(310.897)	(4.948)
	(295.682)	113.013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Empresa de Energia São Manoel S.A. (Companhia ou São Manoel) foi constituída em 16 de julho de 2013 sob forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem como objeto social planejar, construir, operar, manter e explorar as instalações da Usina Hidrelétrica São Manoel (UHE São Manoel), no rio Teles Pires, localizada entre os estados do Mato Grosso e do Pará e executar outras atividades correlatas ao seu objeto social.

1.1 Concessão

Em 10 de abril de 2014, a Companhia assinou junto ao Ministério de Minas e Energia - MME o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para Gerar de Energia Elétrica nº 02/14 que regula o direito de concessão da UHE São Manoel. O contrato de concessão possui as seguintes características:

Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade instalada (MWm)	Energia assegurada (MWh)	Início	Término
São Manoel	PA	Produtor Independente	Concessão	700,0	421,7	10/04/2014	10/04/2049

O Contrato de Concessão regulou a exploração do potencial de energia hidrelétrica do rio Teles Pires sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. Da energia assegurada de 421,7 MWm, 408 e MWm foram comercializados por meio de Contratos de Comercialização de Energia (Ambas) Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR pelo prazo de 30 anos a partir de maio de 2018. O preço estabelecido no Contrato de Concessão é de R\$53,49 por MWh, reajustado anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. O prazo do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir da data da assinatura, sem previsão de prorrogação na legislação atual.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

1.1.1 Uso do bem público

Como pagamento pelo Uso do bem público, o contrato do Contrato de Concessão, a Companhia recolherá à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora ou a partir do início da entrega da energia objeto do CCEAR, o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da concessão, em parcelas mensais correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$2.788 corrigidos anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, utilizando-se o IPCA. Em 31 de dezembro de 2016, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$40.264 (R\$55.172 em 31 de dezembro de 2015) (Nota 14).

1.1.2 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará, anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

1.1.3 Cronograma de operação

De acordo com projeto básico aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho nº 1.244/16, o cronograma para a entrada em operação comercial da UHE São Manoel é o seguinte:

Unidade geradora (UG)	Data
UG 1	01/01/2018
UG 2	01/03/2018
UG 3	01/05/2018
UG 4	01/07/2018

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.830/07 e nº 11.941/09, complementadas pelas normas pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, estão sendo apresentadas e que correspondem às utilizadas por ela em seu negócio.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2017.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetivação real em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferentes temporárias (Nota 2.5); Uso do bem público (Nota 14); e Provisões necessárias para custos relacionados às licenças ambientais (Nota 15.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos possam sofrer alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e o final de cada exercício. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido, após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

Se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	2016	2015
Saldos em 31 de dezembro de 2014		
Aumento de capital - RCA 15/02/2015	75,000	-
Aumento de capital - AGE 15/09/2015	50,000	50,000
Aumento de capital - AGE 16/11/2015	96,000	96,000
Aumento de capital - AGE 14/12/2015	96,000	96,000
Prejuízo do exercício		
	(4.948)	(4.948)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	317,000	(7.686)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	317,000	(7,686)
Aumento de capital - RCA 15/02/2016	223,000	223,000
Aumento de capital - AGE 12/02/2016	55,000	55,000
Aumento de capital - AGE 03/03/2016	135,000	135,000
Aumento de capital - AGE 12/03/2016	117,000	117,000
Aumento de capital - AGE 20/05/2016	67,000	67,000
Aumento de capital - AGE 24/06/2016	89,974	89,974
Aumento de capital - AGE 29/07/2016	170,000	170,000
Aumento de capital - AGE 04/08/2016	196,000	196,000
Aumento de capital - AGE 06/09/2016	74,000	74,000
Aumento de capital - AGE 31/10/2016	45,000	45,000
Aumento de capital - AGE 22/12/2016	80,000	80,000
Prejuízo do exercício		
	(310.897)	(310.897)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.573,974	(18,583)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Os ativos recuperáveis com valor contábil inferior ao valor recuperável, independentemente de ter indicações de perdas não recuperáveis, têm a recuperação do seu valor testada anualmente.

2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão às normas de contabilidade e IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisadas nas normas já existentes.

Em relação às normas ainda não adotadas pela Companhia descritas abaixo, a Administração acredita que as mesmas não gerarão efeitos relevantes nos montantes de capital social líquido e resultados financeiros.

2.7.1 Normas e interpretações novas já emitidas por IASB e ainda não adotadas pela Companhia IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)

Em janeiro de 2016 foi emitida a IFRS 16 que introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil. A IFRS 16 requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendatários ficam semelhantes aos critérios de reconhecimento e mensuração dos ativos financeiros. A IFRS 16, em geral, deverá ser aplicada retrospectivamente e substituirá o IAS 17 (CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil) e correspondentes interpretações.

2.7.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC e ainda não adotadas pela Companhia CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 47 em correlação à norma IFRS 15. Esta norma introduziu um novo modelo para o reconhecimento de receitas de contratos de prestação de serviços e de transferência de bens ou serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida. O CPC 47, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018 e substituirá o CPC 09 (R1) - Receita de Contrato com Cliente e as interpretações relacionadas.

